

SCIENTIA ANTIQUITATIS



SALVAGUARDA ARQUEOLÓGICA
ARCHAEOLOGICAL SAFEGUARD

Título: SCIENTIA ANTIQUITATIS

Editores: Leonor Rocha/ Gertrudes Branco/ Ivo Santos

Local de Edição: Évora (Portugal)

Data de Edição: Junho de 2019

Volume: 1/ 2019

Capa: Trabalhos de salvaguarda no Palácio do Vimioso

(Foto: Leonor Rocha)

Director: Leonor Rocha

ISSN: 2184-1160

Contactos e envio de originais: Leonor Rocha/ Irocha@uevora.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

INDÍCE

O IV ^o CIAT e o estado da Salvaguarda Arqueológica em Portugal Leonor Rocha e Gertrudes Branco	5
Arqueologia Pública e a gestão do património arqueológico no contexto da construção de uma barragem: O caso da construção da barragem de Belo Monte (Brasil) Maria Clara Costa	25
Melhor conhecer é melhor proteger. Os contributos do projeto ARQUEOSIA Filipa Neto e Catarina Costeira	57
Estratégias para a gestão da salvaguarda arqueológica: as cartas de risco do património arqueológico dos Açores José Luís Neto, Carlos Luís Cruz e Pedro Parreira	77
O Risco das Políticas de Risco em Património Cultural - Proposta STORM para uma nova abordagem Filipa Neto, Sofia Pereira, Isabel Inácio, João Almeida Filipe	95
Gestão e salvaguarda do património arqueológico: o caso da Universidade de Évora (Portugal) Leonor Rocha, Jorge de Oliveira, André Carneiro e Carmen Balesteros	113
Ecclesia Sanctae Marinae de Cortegaza (Cortegaça, Ovar). Um contributo na Arqueologia de Salvaguarda Gabriel Pereira, Gustavo Santos e Mauro Correia	153
E quando as fábricas fecham? Reflexões sobre a salvaguarda do património arqueológico-industrial na cidade de Portalegre Susana Pacheco	183
A geofísica e salvaguarda do património arqueológico em meio rural. Vantagens e quando utilizar: o caso dos recintos de fossos António Valera e Tiago do Pereiro	203
A salvaguarda arqueológica: teoria e prática na Região Centro Gertrudes Branco	217
Salvaguarda arqueológica em Monforte: Percurso e estratégias de intervenção (Monforte, Portalegre, Portugal) Paula Morgado	251

Oliveira de Azeméis: Gestão de uma Carta de Salvaguardas Patrimoniais e de um projeto de investigação sobre a ocupação do território (POVOAZ) Adrian de Maan e João Tiago Tavares	295
A gestão de espólios arqueológicos no Algarve. Reflexão sobre o seu propósito na actividade arqueológica de salvaguarda Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve	321
A Antropologia Biológica nos Açores: gestão e estudo das suas coleções osteológicas José Luís Neto, Joana Camacho e Pedro Parreira	331
Mosteiro de São Bento de Avis: da intervenção preventiva ao programa de estudo e valorização de fracção monástica Ana Cristina Ribeiro	355
Acompanhamento: o <i>Cadavre Exquis</i> da prática arqueológica (portuguesa) Gabriel Pereira, Mauro Correia e Gustavo Santos	385
Resultados preliminares do acompanhamento arqueológico da obra de conservação da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas Ana Cristina Ribeiro	415
Minimizando impactos. Tavira Verde 2012/2014 Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco	447
Estratégias de recuperação e salvaguarda do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu, Portugal) após os incêndios florestais de outubro de 2017 Manuel Luís Real, António Faustino Carvalho, Catarina Tente, Daniel de Melo Branco, Luís André Pereira, Pedro Sobral de Carvalho e Tiago Ramos	461
Balanço dos Incêndios de 2017: Região de Lisboa e Vale do Tejo Filipa Bragança, Gertrudes Zambujo e Sandra Lourenço	477
La combinación de la investigación con la protección del patrimonio arqueológico rural en la provincia de Salamanca: el caso de Los Villares (Fresno Alhándiga, Salamanca) M ^a de los Reyes de Soto García e Verónica Pérez de Dios	491

A Antropologia Biológica nos Açores: gestão e estudo das suas coleções osteológicas

José Luís Neto¹

Joana Camacho²

Pedro Parreira³

Resumo

A Antropologia Biológica, nos Açores, remonta a sua génese ao século XIX, com o trabalho de Francisco de Arruda Furtado, publicado em 1884. Durante os mais de cento e trinta anos seguintes, a Região foi acumulando coleções osteológicas humanas, em várias das suas instituições museológicas, resultado de diversos trabalhos arqueológicos, bem como de achados pontuais. Encontram-se registadas treze coleções, distribuídas por cinco das nove ilhas dos Açores. Desde 2018, a Direção Regional da Cultura dos Açores avançou com uma estratégia de gestão desse património, que abrange o mapeamento e estudo de todo esse espólio.

Palavras-chave: Salvaguarda de património osteológico humano; Açores; Antropologia Biológica; Gestão do património.

Abstract

Biological Anthropology, in the Azores, goes back to the XIX century, with the work published by Francisco de Arruda Furtado, in 1884. For more than a century, the Azores gathered human osteological collections at its museums, as a result of archaeological excavations, as

¹ jose.lp.neto@azores.gov.pt (Doutorado em Arqueologia Pós-medieval, Chefe da Divisão do Património Móvel e Imaterial e Arqueológico da Direção Regional da Cultura dos Açores)

² joana.cm.camacho@azores.gov.pt (Mestre em Antropologia Biológica, Estagiária em antropologia na Direção Regional da Cultura dos Açores)

³ pedro.tc.parreira@azores.gov.pt (Mestrando em Património, Museologia e Desenvolvimento, Arqueólogo em regime de prestação de serviços na Direção Regional da Cultura dos Açores)

well as random findings. There are thirteen collections known, distributed over five of the nine Islands of the Azores. Since 2018, the Regional Cultural Directory has included human osteological heritage in its global strategy for managing archaeological and historical evidences, starting by locating and studying these collections.

Key words: Human osteology patrimony safeguard; Azores; Biological Anthropology; Heritage management.

Enquadramento

Corria o ano de 1884 quando, na Tipografia Popular, localizada em Ponta Delgada, ilha de São Miguel, arquipélago dos Açores, Francisco de Arruda Furtado dava à estampa uma invulgar investigação intitulada "*Materiais para o estudo antropológico dos povos açorianos. Observações sobre o povo micalense*". Classificamo-la como incomum, não pelo título denunciatoriamente positivista, tão pouco por tal estilo de estudo de antropologia ser surpreendente para a época em questão, mas sim pela originalidade das ideias nele contidas, que ao contrário das investigações suas contemporâneas, nas quais se funda e inspira, ter chegado a conclusões distintas, nalguns momentos mesmo diametralmente opostas, das dos seus contemporâneos.

Nascido em Ponta Delgada a 1 de setembro de 1854, faleceu na Fajã de Baixo, próximo da cidade, a 21 de junho de 1887. Com uma profunda inclinação a acompanhar o evidente gosto pelas ciências naturais, desde os dezanove anos colaborou com Carlos Machado, contribuindo, por essa via, para a fundação do Museu, integrando o grupo dos naturalistas açorianos seus coevos. Apesar de se ter dedicado fundamentalmente à biologia, ensaiou, para o arquipélago, a abordagem da Etno-História, para além de ter sido o divulgador desta disciplina, na ilha de São Miguel.

Nesse livrinho, para lá de explicitamente se referir ao penhor que sentia por Gustave Le Bon – aplaudido, à época, pela sustentação das

ideias de nacionalismo, racismo e manipulação de massas, que propôs -, a Francisco de Paula e Oliveira – antropólogo físico da *Comissão dos Serviços Geológicos* -, a Adolfo Coelho e Teófilo Braga – filólogos - e a Leite de Vasconcelos – antropólogo, arqueólogo, fundador do Museu Nacional de Arqueologia -, apresenta a metodologia típica e expectável, predominante nesses anos - o positivismo, o nacionalismo, o descritivismo metodológico, o evolucionismo único multilinear, e as explicações de carácter migracionista – subdividindo o estudo entre antropologia cultural e física (valorizando a última), tendo por objetivo esclarecer, através dos indícios anatómicos/biológicos, da avaliação da evolução física e do desenvolvimento mental, os índices da organização racial e social, à maneira da paleontologia natural.

Para além do grupo dos Serviços Geológicos, que havia organizado em 1880 o *IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas*, Francisco Ferraz de Macedo trabalhava à época, nesta área, em Lisboa, Bernardino Machado encabeçava o grupo que a lecionava em Coimbra e, no Porto, Ricardo Severo e Rocha Peixoto agitavam o grupo da *Portugália*, relevante periódico científico portuense dedicado à Etno-História, onde antropologia física e arqueologia andavam de mãos dadas.

Ou seja, Francisco de Arruda Furtado não foi inovador nas questões da Etno-História, mas foi precursor no seu uso aplicado ao arquipélago dos Açores, pois que procurava desvelar de qual província de Portugal teriam sido originários os micalenses, chegando à conclusão, o que é absolutamente contracorrente face à época: "*porque acresce que a população micalense tem visivelmente uma grande variedade de pequenas origens antropológicas e étnicas*", revelando "*Dissemos que o documento histórico da colonização popular falta completamente. Em nenhum livro, dos muitos que tratam da descoberta e colonização das ilhas dos Açores, se encontra com efeito uma só palavra a respeito da origem do povo micalense. Nem os registos paroquiais, nem os mais antigos títulos de aforamento, nos*

podem dar também indicação alguma, porque uns e outros não são anteriores a 1600, quando a ilha se achava colonizada há século e meio” (Furtado, 1884: cap. VI, s/p), concluindo que, após a mensuração de menos de uma centena de crânios, que para lá de uma evidente presença algarvia, alentejana e minhota, houve contributos espanhóis, mouros e celtas, mas não flamengos – porque os traços do Benelux se resumem a uns náufragos holandeses, que deixaram descendentes na zona dos Arrifes.

A pretensa superioridade dos micaelenses face aos demais açorianos não ficou, portanto, demonstrada, antes o seu contrário, não tendo qualquer legitimidade científica qualquer supremacia, ou desejo autonomista, que se pretendia inicialmente apoiar, pelo que não foi de admirar que as suas conclusões, junto da sociedade intelectual micaelense, o tenham votado desde então à marginalidade. Um ano depois da publicação, já Francisco de Arruda Furtado se havia mudado para Lisboa, onde trabalhou no Museu de História Natural.

As mesmas questões e conclusões, que fazem com que Francisco de Arruda Furtado nos pareça que tenha correspondido a mais do que um mero reflexo insular e periférico de um movimento intelectual e científico nacional, animaram numerosos investigadores desde então, que recorreram às mais diversas disciplinas para, com semelhantes perguntas, ensaiarem novas respostas. Um deles, Manuela Lima, conseguiu obter dados para todo o arquipélago, através da análise de dois indicadores presentes na população ora existente, o DNA mitocondrial – herdado por via feminina e o cromossoma Y – herdado por via masculina, que ainda desafiam mais as ousadas perspetivas de Furtado, desvelando o contributo relevante não só do Magrebe, mas também dos contingentes populacionais subsaarianos e do próximo oriente – judeus sefarditas, na genética açoriana (Lima, 2013: 71–80), cuja distribuição não foge ao padrão geral da atual população portuguesa.

Essas influências no povoamento do arquipélago têm sido analisadas tanto na história (Matos, 1989:176-188), como na etnografia (Costa, 1989:420), bem como estudos sistemáticos têm sido realizados sobre as minorias norte-africanas e subsaarianas (Gregório, 2013:55 – 69 e Neto, 2014:51-64), existindo mesmo estudos de arqueologia sobre muçulmanos magrebinos (Gomes *et al*, 2017: 409-420) e negros subsaarianos (Neto *et al*, 2018:80-87).

A questão do povoamento está indissociavelmente associada ao início da atividade arqueológica terrestre nos Açores, de caráter científico, logo, teremos de recordar o fundamental contributo de Manuel de Sousa d'Oliveira, filho de açorianos emigrantes, que nasceu nos Estados Unidos da América, em 1961, mais precisamente no Estado de Massachussets. Regressaria a São Miguel, acompanhado dos seus pais e irmão, onde viria a frequentar o Liceu Antero de Quental, em Ponta Delgada, em 1928. Oito anos mais tarde, Sousa d'Oliveira iniciou estudos superiores em Coimbra, mais precisamente na Faculdade de Letras, obtendo a licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas com grande distinção, em 1942. Frequentou também os cursos de Ciências Pedagógicas e o de Bibliotecário Arquivista. Em 1951 foi nomeado Diretor do Museu Regional de Viana de Castelo, cargo onde permaneceu doze anos (Bento, 1990:27-28).

Realizou escavações arqueológicas em Viana do Castelo, Monção, Vale do Lima, entre outros locais (Bento, 1990:31-32), tendo participado em diversas palestras e congressos de Arqueologia, não só em Portugal, como no estrangeiro, mercê da ligação estreita a Abel Viana, membro da subsecção dedicada à arqueologia, da Junta Nacional de Educação, que estava a par do interesse central em promover intervenções arqueológicas também nas Ilhas Adjacentes e Ultramar, desde a década de 50 (Coelho, 2018:83), mas por decreto, a partir de 1965 (Coelho, 2018:76).

É natural que essa influência próxima e direta, de um membro da Mesa, órgão que decidiu as políticas e as estratégias da arqueologia

nacional durante o Estado Novo, tenha pesado no interesse de Sousa d'Oliveira por Vila Franca do Campo. A particularidade de Vila Franca do Campo, que havia sido o povoado principal da ilha de São Miguel até ao sismo de 1522, ter ficado soterrada, já lhe tinha valido o apodo de "Pompeia açoriana", desde os anos 30, dado pelo padre Ernesto Ferreira (Sousa, 2011:78 e Neto, 2018:10-22). Não consistiu, pois, surpresa, que Sousa d'Oliveira, micaelense, tenha começado por aí as suas escavações, em 1967, com o patrocínio da Câmara de Vila Franca do Campo. Na sequência destas campanhas arqueológicas, por iniciativa da Delegação Regional do F.A.O.J. e da Casa de Cultura da Juventude de Ponta Delgada, abriu-se um "*Curso de Iniciação à Arqueologia*", sob orientação do próprio, destinado a jovens com idades entre os 14 e os 20 anos. As escavações em Vila Franca do Campo, iniciadas em agosto de 1967, prologaram-se até outubro de 1982.

Foi na quarta campanha, realizada nas "Terras do Engenho", em setembro de 1976, que foi encontrado o primeiro esqueleto humano completo proveniente de trabalhos arqueológicos, conjuntamente com três crânios muito fragmentados. Relativamente ao material arqueológico associado, foram exumados fragmentos de uma vasilha de barro vermelho, cavilhas de ferro e fragmentos de telha.

Sousa d'Oliveira recorreu a António Hermano de Melo, médico micaelense, que se encontrava de férias em Vila Franca do Campo, que se deslocou até ao local do achado e classificou-o como um esqueleto de adulto. Descreve o processo, no seu diário de campo, de 1976: "(...) *perante o esqueleto, considerou-o, anatomicamente de um adulto; classificou os vestígios dentários, que lhe mostrei, dizendo tratar-se da parte superior de um canino, e de outras partes superiores de dois dentes; viu, igualmente, os resíduos, que consegui recolher ao lado do crâneo.*" (d'Oliveira: 1976, s/p).



Figura 1 – Esqueleto exumado em Vila Franca do Campo durante os trabalhos de escavação arqueológica coordenados por Manuel Sousa d’Oliveira (Bento, 1990:120).

O esqueleto foi levantado e depositado na cave da antiga Escola Básica Professor António Santos Botelho, na Rua Engenheiro Artur Canto Resende, em Vila Franca do Campo. Contudo, aquando a transição definitiva desta escola, para a atual Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo, na Rua Vila do Porto, perdeu-se o conhecimento da localização do material osteológico humano.

Apesar de mais recente, a investigação arqueológica para a localização da Porta Alegre, visa, também ela, o mesmo propósito, desta vez na ilha Terceira. A 21 de março de 1450, por carta, fez o Infante D. Henrique a doação da ilha Terceira, ou de Jesus Cristo, a um flamengo, de nome Jácome de Bruges. É a partir dessa data que o

agraciado organiza a pioneira expedição para povoar a ilha. O primeiro povoado fora criado na zona de Porto Judeu e São Sebastião, denominado de Porta Alegre, fundado pelo próprio donatário, aí erigindo a primeira igreja, cuja evocação era de Santana, cerca de 1455, tendo a ocupação deste primeiro povoado durado cerca de cem anos.

Entre 2013 e 2015, uma equipa, que engloba o primeiro signatário, desenvolveu ações de prospeção no Paul, uma área vasta, localizada entre a Serra da Ribeirinha e a Serra do Cume, com aproximadamente 30 km², com vista à deteção de indícios do povoado que se havia denominado de Porta Alegre. Em fevereiro de 2015, desenvolveu-se a primeira campanha oficial, de prospeção, com uma equipa constituída por José Luís Neto, Luís Borges, Magda Peres e Pedro Parreira, cuja metodologia utilizada foi a de prospeção sistemática, com batida de campo exaustiva, com intervalos entre corredores de dois metros. Realizou-se o registo das ocorrências patrimoniais, tanto em cartografia, como em fotografia, a sua georreferenciação, bem como se procedeu à recolha de materiais de superfície associados às eventuais estruturas existentes, tendo-se produzido o "*Relatório da prospeção arqueológica realizada no povoado da Porta Alegre*", cuja conclusão foi a de, com algum grau de probabilidade, se ter encontrado a zona onde havia existido o povoado, génese do povoamento da ilha Terceira.

Entre os dias 8 e 29 de agosto de 2016, com a duração de 14 dias úteis, realizou-se uma primeira campanha de sondagens de verificação e caracterização da estratigrafia, do lugar de Santana, que pese embora tenha fornecido cultura material móvel contemporânea do povoado, não detetou qualquer estrutura (Neto et al: 2018a). Os trabalhos de investigação prosseguem.

A expansão europeia, no dealbar do século XV, iniciou um novo mundo, em que os continentes se interligaram, tendo, até ao início do século XX, um quase sempre mesmo destino – os múltiplos estados da

Europa. Fosse com o propósito de rumar ao Próximo ou ao Extremo Oriente, fosse para Sul, tanto para África, como para a Oceânia, ou fosse ainda para o Ocidente, rumo às Américas ou às Filipinas, nos tempos da navegação à vela, aquando da viagem de regresso, todas as embarcações em trânsito pelo mundo que procuravam alcançar a casa-mãe, antes de divergirem novamente para o porto de destino, passavam necessariamente pelos mares dos Açores, porquanto o arquipélago fica situado no Atlântico Norte, sensivelmente a meio caminho entre continentes, favorecido que é pela corrente do Golfo, via de acesso privilegiada à Europa.

Nos mares dos Açores passaram Vasco da Gama, Cristóvão Colombo e os navios de Magalhães; esses mares foram secularmente ponto de contacto e encruzilhada única das Rotas das Especiarias, da Plata, do Ouro, dos Escravos, do Açúcar, do Chá. Todas essas rotas cruzaram o Índico, o Pacífico e o Atlântico na procura de construir a expansão comercial europeia. Apesar de pertencer a Portugal, o arquipélago correspondeu, em quase toda a sua história, a um território de trânsito e comércio livre, por onde todas as bandeiras puderam navegar. Sem o arquipélago como ponto de apoio às grandes navegações, a expansão europeia teria sido, necessariamente, muito diferente.

Se imaginarmos o mundo ampulheta, a Europa como uma das bases e os demais continentes a outra, no período da navegação à vela transcontinental, todas as embarcações que regressavam, destinadas às diversas nações europeias, nos Açores pararam, estrangulamento do mundo.

Antropologia biológica nos Açores

Revela-se, pelas razões aludidas, evidente o potencial de interesse do contributo da antropologia biológica na compreensão concreta, palpável e mensurável de qual foi, a cada momento histórico,

o papel destas ilhas porto-de-abrigo, no meio do Atlântico. Porém, o contributo da antropologia biológica no auxílio à arqueologia e à história, na construção do conhecimento passado sobre os Açores, apesar de tão prometedora iníciio, tem sido, até hoje, relativamente mínimo.

No que respeita à ilha de Santa Maria, entre os dias 2 e 4 de fevereiro de 2018, uma equipa da Divisão do Património Móvel, Imaterial e Arqueológico da Direção Regional da Cultura, deslocou-se a uma obra, a pedido do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, porquanto, durante a mesma se havia descoberto ossadas humanas. Constatou tratar-se de um ossário, com 1,80 x 2,00 x 0,40 metros, entre duas paredes de pedra seca, heterodoxamente colocado num pátio murado, exterior ao templo, associado ao espaço hospitalar.

O seu interior estava, maioritariamente preenchido com ossadas humanas, complementada por diversos materiais orgânicos e inorgânicos. As ossadas foram retiradas manualmente e colocadas na igreja, para posteriormente serem acondicionadas em caixas para transporte. Os ossos superficiais estavam em boas condições de conservação, apesar de alguns estarem quebrados, devido à queda de pedras, durante as obras. À medida que se aprofundou, verificou-se que os ossos estavam soterrados nos detritos, estavam muito mais frágeis e quebradiços, muitos deles desfazendo-se ao toque, e os ossos mais frágeis estavam já pulverizados, confundindo-se com os detritos do interior do ossário.



Figura 2 – Uma parte do espólio exumado durante a intervenção arqueológica na Igreja da Misericórdia de Vila do Porto, Santa Maria (fotografia de Joana Camacho)

Os materiais orgânicos revelam provir, muito provavelmente, de um carneiro da igreja. Aproveitando um vão, talvez que de uma primitiva escada interior de acesso ao primeiro piso, construiu-se uma parede falsa, emparedando os ossos, de modo a que estes se mantivessem próximo do local onde secundariamente haviam sido transladados. Este ossário é, conseqüentemente, uma deposição terciária, sendo que, atendendo a que apresenta os restos mortais de cento e vinte e três indivíduos, representados parcelarmente, maioritariamente por crânios e ossos longos, conforme ao habitual em carneiros, podemos calcular que pertenceram a mortos anteriores ao ano de 1805/6. O *ante quem* da sua representatividade não é calculável, evidentemente, mas é seguramente posterior a 1536, data da fundação da igreja.



Figura 3 – Pormenor da limpeza e inventariação do material exumado na intervenção arqueológica da Igreja da Misericórdia de Vila do Porto, Santa Maria (fotografia de Joana Camacho)

Relativamente à ilha de São Miguel, para além do caso já descrito para Vila Franca do Campo, foram exumados materiais osteológicos de outros quatro locais.

Manuel de Sousa d'Oliveira aplicou a metodologia de campo que utilizara, anteriormente, em Vila Franca do Campo, nos terrenos do antigo mosteiro de Jesus da cidade da Ribeira Grande, em 1988. Sucederam-se várias campanhas, até ao ano 2000, com a colaboração do historiador Mário Moura e do geólogo Nicolau Wallenstein. Foram efetuadas valas de sondagem, e prospeção de superfície, exumando-se um vasto conjunto de espólio arqueológico onde se detetaram fragmentos de ossadas humanas. Em 2019, a segunda signatária analisou esse espólio osteológico, tendo constatado a presença de, no mínimo, vinte e cinco indivíduos, sendo que pelo menos vinte são adultos e outros cinco, não adultos, cujas idades à morte variam entre os dezoito meses e os dezoitos anos. Parâmetros bioantropológicos, como a estatura e a ancestralidade, não foram analisados, atendendo ao estado de fragmentação das ossadas. Verificaram-se várias lesões indicativas de stress fisiológico como, por exemplo, escorbuto, anemia,

alterações degenerativas articulares e não articulares, e lesões compatíveis com a presença de patologias infecciosas.

Outro conjunto osteológico proveniente de trabalhos arqueológicos na ilha de São Miguel corresponde ao material exumado durante um acompanhamento arqueológico das obras de construção no antigo recolhimento de Santa Bárbara, em Ponta Delgada. Todo o espólio exumado foi sumariamente inventariado, pelos arqueólogos responsáveis pela intervenção, e depositado na reserva do Museu Carlos Machado. Em 2018, no âmbito do projeto de estudo das coleções osteológicas do arquipélago dos Açores, as ossadas foram analisadas pela antropóloga Ana Cristina Pelicano, tendo-se verificado que, se encontravam em avançado estado de degradação, não permitindo uma leitura eficaz e conclusiva dos dados. Ainda assim, a investigadora retirou algumas informações que indicam tratar-se de, no mínimo, quatro indivíduos, dois deles adultos, e dois não adultos.

A igreja de Santo António, da freguesia de Santo António – além Capelas, concelho de Ponta Delgada, foi alvo de um trabalho de reabilitação, e requalificação do espaço, que implicou a remoção do piso, e escavação de terras no interior. Após alerta da realização desses trabalhos, sem o devido acompanhamento arqueológico, foi efetuada uma vistoria ao espaço, sendo que se detetaram fragmentos osteológicos, na terra que fora removida. Analisados esses montes, constatou-se a presença de material osteológico, em avançado estado de fragmentação. Não permitiu, metodologicamente, apresentar um número mínimo de indivíduos presentes. Todavia, constatou-se a presença de adultos e crianças, de idades muito distintas, permitindo identificar algumas características das populações que ali foram exumadas entre o século XVIII e o final do século XIX, pois que os enterramentos em igreja se prolongam, nas comunidades rurais, muito para além da lei dos cemitérios (CAA 150-A, Neto *et al*, 2018b).



Figura 4 – Alguns do espólio descoberto durante os trabalhos de requalificação da igreja de Santo António – além – Capelas, Ponta Delgada, São Miguel (CAA 150-A, Neto *et al*, 2018b)

O antigo convento feminino de Nossa Senhora da Conceição, atual Palácio da Conceição, em Ponta Delgada, foi intervencionado, em 2016, no âmbito dos trabalhos de minimização de impactos arqueológicos, durante a empreitada de remodelação do imóvel com vista a acolher a futura *Casa da Autonomia*. Durante o acompanhamento arqueológico, foi detetado um conjunto de ossadas, posteriormente estudado pela segunda signatária, que verificou tratar-se de uma inumação secundária, ossário, com ossos de, no mínimo, três adultos, sendo, pelo menos, um deles, do sexo feminino. O estudo paleopatológico revelou uma patologia oral (cárie dentária) e algum desgaste dentário, com pouca expressão.

No que respeita à ilha Terceira, a primeira coleção osteológica exumada em contexto arqueológico, de que temos conhecimento, corresponde ao conjunto de ossadas levantadas em 1991. Nesse ano, aquando das obras de reforço estrutural da igreja de Nossa Senhora da Guia, do antigo convento de São Francisco, em Angra do Heroísmo, procedeu-se a uma pesquisa de natureza arqueológica, realizada pelos

técnicos do Museu de Angra do Heroísmo. Foram abertas onze sondagens no corpo da igreja, de dimensões variáveis, bem como duas redes de valas de escavação, igualmente no corpo da igreja e três valas de escavação na capela-mor. Desse trabalho, exumou-se um conjunto de espólio arqueológico, bem como, foram detetadas várias inumações, levantando-se as suas ossadas, que acabaram por ser depositadas em conjunto global, perdendo-se o contexto arqueológico individual de cada sepultura. O estudo do ossário foi efetuado, em 2018, pela segunda signatária, que verificou que o número mínimo de indivíduos é de 9, todos eles adultos. Percentualmente, a grande maioria foi identificada como sendo do sexo masculino, com a análise paleopatológica a revelar que, muito provavelmente, faleceram já em avançada idade.

A igreja da Misericórdia de Angra do Heroísmo, gravemente danificada no sismo de 1980, carecia de obras de reabilitação, que avançaram entre 1996 e 1997. A empreitada foi acompanhada por técnicos da área do património, do Gabinete de Gestão da Zona Classificada da cidade, que registaram, durante a escavação do interior do templo, um conjunto de sepulturas, datadas dos séculos XVIII e XIX. Uma boa parte do espólio osteológico foi destruído, ou altamente danificado, pela maquinaria pesada. O que foi possível recolher, foi acondicionado, sendo alvo de um tratamento e análise, cerca de uma década volvida, em 2008. O estudo envolveu o cruzamento de dados gerais, das ossadas em melhor estado de conservação, com informação genética, com vista a procurar reconhecer a realidade dos antepassados daqueles que ali tinham sido enterrados. Atendendo às condições do levantamento e acondicionamento do material, não foi possível retirar conclusões científicas sobre os dados disponíveis (CAA 051-A, Dias *et al*, 2014).

Em 2007, na freguesia da Fonte do Bastardo, concelho da Praia da Vitória, decorreram trabalhos de reabilitação da ermida de S. José, sita junto ao cemitério local, em parceria com técnicos de conservação

e restauro. Durante a empreitada, o trabalho de repavimentação do interior do templo revelou a presença de testemunhos arqueológicos, nomeadamente, fragmentos de ossadas humanas e um negativo de uma possível sepultura, parcialmente danificada pelos trabalhos de obra. O espólio osteológico foi exumado, com o apoio da arqueóloga Ana Catarina Garcia, e depositado junto do Departamento de Biologia da Universidade dos Açores, com vista a ser estudado. Através de uma análise cuidada, por parte do antropólogo Javier Jordana, verificou-se estar perante um conjunto de ossadas pertencentes a dois enterramentos. Um dos indivíduos, que reunia maior número de fragmentos, foi identificado como sendo do sexo masculino, com uma idade compreendida entre os 40 e os 60 anos, correspondente a uma inumação primária, orientada a noroeste, com vestígios de tecido do sudário. Atendendo ao número reduzido de fragmentos, e ao estado de degradação, não foi possível tirar conclusões acerca do segundo enterramento (CAA 063-A, Jordana, 2007).

O arqueólogo Ricardo Erasun Cortés coordenou uma intervenção arqueológica de emergência, no adro da igreja matriz de Santo António, freguesia do Porto Judeu, concelho de Angra do Heroísmo, com vista a minimizar o impacte de uma empreitada de requalificação do espaço, que se efetuou no segundo semestre de 2008, contando com a assessoria científica do antropólogo Javier Jordana. Identificaram-se 30 sepulturas em fossa simples, orientadas no sentido oeste-este, à exceção de um indivíduo, muito provavelmente, um clérigo. A análise do espaço, e das ossadas exumadas, indicou a reutilização do espaço de inumação, porquanto foram identificados 59 indivíduos, dos quais 6 eram mulheres, 5 homens e 1 infante indeterminado, para além dos restantes, não identificáveis. Registaram-se várias medalhas com santos de devoção, e fragmentos de peças do vestuário, que permitiram enquadrar os enterramentos entre o século XIX e o XX, algo que foi aferido, documentalmente (CAA 102-A, Cortés, 2008).

Entre o mês de fevereiro de 2007 e setembro de 2008, decorreu uma intervenção arqueológica para caracterização e investigação do Convento de São Gonçalo de Angra do Heroísmo, que implicou a realização de picagens de paredes e aberturas de sondagens em várias salas do rés-do-chão. No decorrer desse trabalho, foram identificados vários enterramentos, que foram intervencionados e devidamente estudados por uma equipa de arqueologia. A escavação dividiu-se por uma área total de 40 m² e abrangeu um conjunto de fragmentos que permitiram identificar um número mínimo de 43 indivíduos e 22 ossários, enquadrados, cronologicamente, entre a segunda metade do século XVI e o século XVIII (Ferreira *et al*: 2008). Em momento posterior ao estudo deste espólio, todo o material exumado foi reenterrado, de acordo com a informação fornecida, oralmente, pelos responsáveis pelo espaço do antigo convento.

No que respeita à ilha do Pico, em 2009, junto à igreja da Prainha, freguesia da Prainha do Norte, concelho de S. Roque, aquando da abertura de uma vala, a 1,10 metros de profundidade, foram descobertas algumas ossadas humanas na área do antigo adro. Estando uma arqueóloga a estagiar no Museu do Pico, foi ao local, fazer uma avaliação da situação para a Direção Regional da Cultura, a 11 de abril. As conclusões por si apresentadas revelaram que: "1 – o achado corresponde a uma zona aberta no decurso de uma abertura de vala e encontra-se fora do alcance de mais intervenções da obra; 2 – Evidencia tratar-se de uma sepultura ou ossário; 3 – As ossadas aparentam ter sido já removidas, numa anterior intervenção, não se encontrando por isso *in situ*; 4 – Encontram-se numa concavidade junto a um muro recente e cortadas por este; 5 – A obra não afetará mais o local, não havendo qualquer necessidade de remoção, pela ameaça de destruição." (CAA 115/A, Garcia, 2009). Perante o parecer, a Direção Regional da Cultura solicitou apenas que se cobrissem os vestígios com geotêxtil e uma camada de areia fina e se realizasse o

registo cartográfico e fotográfico dos mesmos, libertando a obra de mais condicionantes.

No que respeita à ilha do Faial, em 2017, os arqueólogos João Gonçalves Araújo e N'Zinga Oliveira, conjuntamente com a antropóloga Marla Silva, dirigiram uma intervenção arqueológica de minimização de impactos, no decorrer da empreitada de requalificação da frente de mar da cidade da Horta. Uma das áreas afetadas pelos trabalhos de escavação de terras, compreendia o adro da igreja de Nossa Senhora das Angústias, onde foram detetados vários enterramentos, tendo sido exumado um conjunto de espólio arqueológico para estudo, em gabinete, após adequado registo técnico-científico. Registaram-se 22 enterramentos, 14 em fossa simples, escavada na terra, e 1 em caixão de madeira, com os restantes 7 em contexto não determinável. A análise espacial permitiu aferir que as sepulturas se dividiam em dois núcleos, um mais antigo e outro mais recente, correspondentes a dois momentos cronológicos da ocupação do espaço pela igreja.



Figura 5 – Sepultura descoberta durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico no adro da Igreja de Nossa Senhora das Angústias, Horta, Faial (Araújo *et al*, 2017)

O núcleo mais antigo encontrava-se associado à primitiva igreja paroquial e, possivelmente, à ermida que ali se encontrava, remontando, cronologicamente, ao século XVI, e mantendo a sua ocupação até ao XVIII. O núcleo mais recente enquadrava-se, cronologicamente, na fase de transição entre a segunda metade do século XVIII e o momento em que cessam os enterramentos naquele espaço, com a lei dos cemitérios, no século XIX. O espólio arqueológico exumado revela que se tratavam de indivíduos de aparente condição social mais modesta. Analisados os conjuntos de ossadas, o contexto e o espólio arqueológico, foi possível retirar várias conclusões sobre a evolução da ocupação do espaço, não obstante o estado variável de degradação do espólio osteológico (Araújo *et al*, 2017).



Figura 6 - Enterramento descoberto durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico no adro da Igreja de Nossa Senhora das Angústias, Horta, Faial (Araújo *et al*, 2017)

Conclusões

Pese embora a antropologia biológica se tenha desenvolvido em Portugal desde o último quartel do século XIX, tenha colaborado em investigações de arqueologia desde então e a longo de todo o século XX, foi somente com o Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho, que se tornou obrigatória a colaboração entre arqueólogos e antropólogos físicos/biológicos, aquando da descoberta de vestígios osteológicos humanos em escavações.

Contudo, com a publicação Lei n.º 19/2000, de 10 de agosto, foram transferidas as competências de gestão do património arqueológico para a região autónoma dos Açores, que, por manifesta carência de profissionais residentes no arquipélago que dominassem a área, não adotou essa prática.

A Direção Regional da Cultura dos Açores, em 2013, preparou um esboço de síntese dos trabalhos efetuados no arquipélago, em formato de cartazes expositivos, com vista à sua divulgação junto do público infantojuvenil, nas escolas da Região. Essa exposição, intitulada "*À procura dos antepassados*", tem vindo a percorrer estas instituições, no âmbito da educação não-formal do público mais jovem.

Apenas recentemente, com a publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A, de 22 de novembro e do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/A, de 16 de maio, se tornou obrigatória a incorporação dos bens arqueológicos em museus, o que, por inerência, regulamenta igualmente o património osteológico humano.

Nesse sentido, desde o início de 2018, que se tem estado a localizar, levantar, caracterizar, analisar e estudar, de forma sistemática, todas as coleções de ossadas humanas, provenientes de trabalhos arqueológicos, que já decorreram no arquipélago dos Açores, desde 1976. Com a conclusão deste primeiro rastreio, que durará até ao final de 2019, espera-se criar conhecimento suficiente para determinar um mais bonançoso futuro para estes materiais, criar

estratégias e ações para adotar esta área no quotidiano dos trabalhos arqueológicos e, naturalmente, dignificar a área da antropologia biológica enquanto interventora nas áreas do património cultural.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, João Gonçalves; OLIVEIRA, N'Zinga e SILVA, Marla (2017) – *O adro da igreja de Nossa Senhora das Angústias – Horta*. Horta: Relatório final da intervenção arqueológica para a associação *HistóriaSábias, Património Cultural, Artístico e Arqueológico*.

BENTO, Carlos Melo (1990) – *Escavações arqueológicas em Vila Franca do Campo. 1967 – 1982*. Ponta Delgada: Associação Arqueológica do Arquipélago dos Açores.

COELHO, Rui Gomes (2018) – *O arqueólogo cordial. A Junta Nacional de Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

COSTA, Francisco Carreiro da (1989) – *Etnologia dos Açores*, 1.º volume. Lagoa: Câmara Municipal da Lagoa.

CORTÉS, Ricardo Erasun (2008) – *Adro de Santo António do Porto Judeu. Carta Arqueológica dos Açores*, processo 102-A. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultural dos Açores.

DIAS, Francisco Maduro *et al* (2014) – *Igreja e hospital de Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Carta Arqueológica dos Açores*, processo 051-A. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultural dos Açores.

FERREIRA, A. e GODINHO, R. (2008) – *Escavação arqueológica na necrópole do Convento de São Gonçalo, Angra do Heroísmo, ilha Terceira, Açores*. Lisboa: Relatório dos trabalhos Arqueológicos para a *ERA arqueologia*.

FURTADO, Francisco Ferreira (1884) – *Materiais para o estudo antropológico dos povos açorianos. Observações sobre o povo micaelense*, Ponta Delgada: Tipografia Popular.

GARCIA, Ana Catarina (2009) – Prainha do Norte. *Carta Arqueológica dos Açores*, processo 115-A. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultural dos Açores.

GOMES, Rosa Varela; CASIMIRO, Tânia Manuel e NETO, José Luís (2017) – Acerca do consumo do cuscuz na alimentação açoriana – achegas para o seu estudo. *Atlântida – revista de Cultura*, vol. LXII. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura. 409 – 420.

GREGÓRIO, Rute Dias (2013) – Construindo a história da escravatura nos Açores: projetos, fontes e primeiros resultados. *Subsídios para a história da escravatura insular, séculos XV a XIX*. Ponta Delgada: Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores. 55 – 69.

JORDANA, Javier (2007) – Ermida da Fonte do Bastardo. *Carta Arqueológica dos Açores*, processo 063-A. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultural dos Açores.

LIMA, Manuela (2013) – Influência africana no povoamento dos Açores: o contributo da genética. *Subsídios para a história da escravatura insular, séculos XV a XIX*. Ponta Delgada: Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores. 71 – 80.

MATOS, Artur Teodoro de (1989) – Povoamento e colonização dos Açores. *Portugal no Mundo*, vol. 1. Lisboa: Alfa. 176-188.

NETO, José Luís (2014) – Escravos nos Açores nos Séculos XV e XVI – algumas questões. *Atlântida – revista de Cultura*, vol. LIX. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura. 51 – 64.

NETO, José Luís (2018) – *Arqueologia nos Açores. Uma breve história*, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.

NETO, José Luís *et al* (2018a) – O lugar de Santana – Resultados da prospeção e primeiras sondagens de verificação e caracterização. *Actas do Encontro Internacional Relações transatlânticas entre a Europa, América e as Ilhas Atlânticas (séculos XV- XX)*. Machico: CEAM-Centro de Estudos de Arqueologia Moderna. 80 – 87.

NETO, José Luís *et al* (2018b) – Igreja de Santo António. *Carta Arqueológica dos Açores*, processo 150-A. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultural dos Açores.

OLIVEIRA, Alexandre Manuel Teixeira Guedes da Silva (1997) – O contributo da antropologia física em Portugal como ciência inter e transdisciplinar — uma possível síntese histórica até finais do século XIX. *Revista de Guimarães*, n.º 107. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento. 243-283.